

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Lobão busca acordo para facilitar exame de emendas



Célio Azevedo

■ Presidente da Comissão de Justiça afirma que governo terá que ceder em alguns pontos da proposta

Um acordo entre governo e oposição para facilitar a votação, hoje, das 336 emendas de Plenário à reforma da Previdência está sendo tentado desde a semana passada pelo presidente da Comissão de Justiça, Edison Lobão. Grande parte das emendas tem parecer pela rejeição, apresentado pelo relator Tião Viana.

Página 3

NEGOCIAÇÃO Lobão (na presidência da CCI) quer uma votação pacífica do parecer sobre as 336 emendas de Plenário

TELECONFERÊNCIA

Senado amplia debate sobre Estatuto da Igualdade Racial



Genaldino Magela

PARTICIPAÇÃO A discussão, no auditório do Interlegis, foi presidida por Paulo Paim

O projeto de Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim, foi debatido ontem em

teleconferência com 27 assembleias legislativas. A proposta garante proteção às vítimas de preconceito racial.

Página 7



Márcia Kolumbe

Crianças de todo o Brasil foram recebidas ontem pelos senadores Ramez Tebet e Paulo Octávio, que responderam a perguntas sobre questões ambientais. Houve apresentações de coral e de cordel. O encontro encerrou o evento "Crianças construindo a Agenda 21 Infantil Brasileira".

Página 8

Alvaro Dias quer subcomissão sobre pneus remodelados

Página 8





Célio Azeredo

EXPANSÃO Desempenho do município de Ilhota (SC) foi elogiado por Leonel Pavan

Pavan destaca setor têxtil de Santa Catarina

Ao destacar que o município de Ilhota, em Santa Catarina, recebeu recentemente o título de "capital catarinense de moda íntima e moda de praia", o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) informou que aquele estado vem se firmando como grande celeiro do setor. Ele acrescentou que essa tradição têxtil é fruto de um trabalho árduo.

– Há muito tempo que Santa Catarina participa, acentuadamente, do mercado de cama, mesa e banho, destacando-se como um dos maiores pólos têxteis do Brasil. Com a promoção de megadesfiles, os empresários despertaram o interesse do público, da imprensa e da indústria para a moda que se faz por lá – afirmou.

Segundo Pavan, Ilhota abriga cerca de 70 empresas de micro, pequeno e médio porte, que fabricam *lingerie*, moda de praia e roupas de ginástica para todo o Brasil e para o exterior, gerando 700 empregos diretos. Complementou dizendo que, em 2001, a cidade faturou aproximadamente R\$ 13 milhões, o que, em comparação com o faturamento de 2000, equivaleu a uma expansão de 20%.

Agenda

Plenário examina medida provisória e emenda à Constituição

A sessão de hoje, às 14h30, examina medida que dá crédito de R\$ 2,3 bilhões em favor de Encargos Financeiros da União (MP nº 129/03). O Plenário realiza ainda a segunda sessão de discussão, em segundo turno, da proposta que determina

tramitação alternada, na Câmara e no Senado, das medidas provisórias (PEC nº 27/03). Após a ordem do dia, a Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior discute a situação de brasileiros detidos em prisões americanas.

Sarney terá encontro com presidente Lula

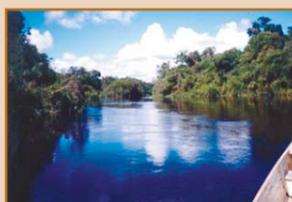
O presidente do Senado, José Sarney, tem audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva hoje, às 9h. Às 12h, Sarney participa da abertura da

exposição "Obras de Arte – Câmara e Senado", que comemora os 180 anos do Poder Legislativo, e, às 15h, recebe o secretário do Comitê Provincial

de Guangdong do Partido Comunista da China e membro do Birô Político do Comitê Central do partido, Zhang Dejiang.

Audiência discute região amazônica

A Subcomissão da Amazônia ouviu hoje, às 10h, o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que fala sobre o programa Amazônia Sustentável, o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e demais planos para o desenvolvimento da região amazônica. Às 14h30, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) sabatina Haroldo Borges Rodrigues Lima, indicado ao cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).



Comissões analisam avisos do TCU



Na reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – foto –, às 10h, serão analisados avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias na Secretaria do Patrimônio da União e suas gerências regionais; e projeto que altera legislação tributária federal e estabelece a atualização anual das tabelas do Imposto de Renda Pessoa Física (PLS nº 46/03). Análise de avisos do TCU também consta na pauta da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que se reúne hoje, às 14h30.

FGTS pode financiar educação

Em discussão hoje na Comissão de Educação (CE), às 11h, projeto que permite a utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos dependentes de até 24 anos de idade (PLS nº 287/03); e proposta que institui o ensino médio nas penitenciárias (PLC nº 95/02).



Previdência na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se hoje, a partir das 10h, para discutir a reforma da Previdência (PEC nº 67/03). O colegiado vai analisar o parecer do relator da proposta, senador Tião Viana (PT-AC), às 336 emendas apresentadas à reforma durante as discussões no Plenário.

Conselho de Ética

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se hoje, às 17h, para definir cronograma de depoimentos referentes à Representação nº 3/03, que investiga denúncias contra o senador Roberto Saturnino (PT-RJ). Ele é acusado de ter feito um acordo antes da eleição para a divisão do tempo do seu mandato.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Roosevelt Pinheiro

PROIBIÇÃO José Jorge quer fim de contribuição obrigatória para ocupante de cargo no governo

José Jorge sugere regra para cota de filiados

Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa, projeto do senador José Jorge (PFL-PE) que proíbe os partidos políticos de estabelecerem contribuição obrigatória para seus filiados ocupantes de cargos de qualquer natureza na administração pública (PLS nº 384/03). Ele justifica que a proposição visa coibir a prática de nomeações de servidores públicos não por critérios puramente técnicos, mas por questões políticas que abrangem o objetivo de exigir contribuição compulsória para aumentar as finanças do partido.

– A postura adotada pelo Partido dos Trabalhadores no que tange à nomeação de militantes, simpatizantes ou aliados para os cargos comissionados do serviço público atinge proporções de escândalo. Segundo informações do ministro-chefe da Casa Civil, autoridade responsável pelas nomeações no âmbito federal, estas devem somar 21 mil cargos, resultando para o partido uma arrecadação adicional, segundo cálculos da imprensa, de aproximadamente R\$ 30 milhões por ano – afirma José Jorge.

Débito automático

Escândalo maior, na avaliação do senador por Pernambuco, é o estatuto do Partido dos Trabalhadores, além de exigir a contribuição de acordo com tabela progressiva de descontos, determinar que o detentor do cargo autorize o débito automático dessa contribuição e concorde que o departamento financeiro da fonte pagadora forneça todas as informações ao partido, inclusive as cópias dos contracheques. José Jorge considera que o PT está usando a máquina pública em proveito próprio.

REFORMAS Presidente da Comissão de Justiça afirma que governo precisa ceder em alguns pontos para facilitar decisão do colegiado sobre emendas de Plenário à proposta de mudança previdenciária

Lobão quer acordo para votação da Previdência

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), informou ontem que estava tentando costurar um acordo entre governo e oposição para facilitar a votação, hoje, a partir das 10h, das 336 emendas que os senadores apresentaram em Plenário à reforma da Previdência. Inicialmente, CCJ votará o parecer do relator, senador Tião Viana (PT-AC), que rejeita as emendas – ele informa que irá aproveitar parte delas na proposta paralela da Previdência.

– Desde a semana passada estou tentando um acordo com os líderes partidários, para que a votação da reforma da Previdência se faça de maneira pacífica. É claro que o governo terá de ceder em alguns pontos



ESFORÇO Edison Lobão informou que desde a semana passada vem tentando entendimento para garantir que deliberação seja pacífica

para que a oposição colabore com a votação.

O relator Tião Viana, também líder do PT no Senado, afirmou que só está aceitando pequenas mudanças de redação, e não de mérito, na reforma da Previdência. As modificações mais substanciais e fruto de acordo parti-

dário estão sendo incorporadas na emenda paralela. Essa proposta, por conter novidades, depois do Senado terá de ser submetida ao voto dos deputados. O texto da reforma, que já foi votado pela Câmara, poderá ser promulgado assim que obtiver aprovação final no Senado.

Paim admite deixar PT se não forem aceitas algumas mudanças na proposta

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse ontem, em entrevista à imprensa, que poderá “seguir outro caminho” caso não seja possível abrir amplo debate para um entendimento em torno de três pontos que considera fundamentais para a reforma da Previdência: a não tributação de inativos; a paridade, que garantiria o mesmo percentual de reajuste dos funcionários da ativa para os aposentados; e uma transição que dê tratamento justo a quem começou a trabalhar aos 15 anos de idade, por exemplo.

– Se eu não conseguir um entendimento em torno desses pontos, cada um pode seguir seu caminho.

Paim informou que já foi procurado por partidos de grande representatividade nacional.

– É uma homenagem e uma demonstração de solidariedade, mas eu sou PT, estou PT e tenho responsabilidades para com o presidente Lula – afirmou.

O senador comparou a sua situação à dos lanceiros negros na Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, que foram usados na guerra e, após seu fim,



DEFESA Paim sugere paridade, transição para aposentadoria e não tributação de inativos

foram assassinados.

– O todo-poderoso de hoje quer fazer o mesmo; não assassinar os que têm voz própria, mas desmoralizá-los publicamente.

Paim não quis confirmar se estava se referindo ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

– Não citei o nome de ninguém. Mas claro que não me refiro ao presidente Lula, por quem tenho o maior carinho e respeito. Lamento que quem tanto lutou para que este momento acontecesse, um governo Lula, esteja sendo desmoralizado publicamente por um todo-poderoso que é igual ao todo-poderoso que assassinou

os lanceiros negros.

O senador lembrou que antigamente não havia voto independente ou voto de acordo com a consciência e lamentou o que está ocorrendo hoje.

– Agora, querem proibir a gente até de falar, querem calar a nossa voz, cortar a

nossa língua. Não aceito. Eu tenho direito a voz e a voto – disse o senador.

Maioridade penal

Paim defendeu também uma profunda análise da redução da responsabilidade criminal de 18 para 16 anos.

– Há um grito da sociedade que precisamos ouvir, e tenho certeza de que o Congresso o fará. Não sei ainda o que será feito, mas não podemos nos omitir, não temos esse direito. O pai da adolescente assassinada com o namorado tem-se portado com enorme dignidade e apelou à responsabilidade do Congresso – declarou.

Tourinho: está mais fácil negociar PEC tributária

Em entrevista concedida ontem, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou que não há diferenças fundamentais entre a proposta de reforma tributária do seu partido, da qual é autor e sistematizador, e a do PSDB, apresentada pelo senador Tasso Jereissati (CE).

– Caminhamos na mesma direção, que é a busca de racionalidade e simplificação do sistema tributário – disse o parlamentar baiano.

O senador acha que o governo está mais aberto a negociações agora do que no começo da tramitação da proposta de reforma no Senado.

– Estamos defendendo a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, um aumento de 22% para 25% do IPI e do IR para o Fundo de Participação dos Municípios, e o ressarcimento dos estados pelo ICMS não cobrado aos exportadores, a fim de interessar os



MUDANÇA Rodolpho Tourinho diz que PFL defende correção de tabela do Imposto de Renda

governadores pelo esforço que o país precisa fazer para exportar – explicou.

A reunião de líderes na busca de pontos em comum na reforma tributária foi adiada de ontem para hoje, a pedido do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e do representante do PSDB, Tasso Jereissati.

Para Augusto Botelho, país vive “furor arrecadatário”

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) criticou “o furor arrecadatário” vivido atualmente no Brasil. Na opinião do parlamentar, o excesso de tributos e a desorganização do sistema retiram a legitimidade do fisco e encaminham o país para o “caos social”.

O senador observou que hoje as empresas são obrigadas a pagar inúmeros tributos, como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre outros.

– Estamos atingindo um nível em que o contribuinte poderá recorrer aos tribunais, alegando que está sendo vítima de confisco, pois nosso sistema tributário se transformou num mecanismo que objetiva arrecadar mais e mais – assinalou.



DISTORÇÃO Sistema tributário é punitivo para com as empresas, afirma Augusto Botelho

Para Augusto, a arrecadação tributária só se justifica com um orçamento público adequado, que atenda a todos os requisitos de transparência, eficiência e razoabilidade, com metas definidas, em que prevaleça o interesse público.

– É preciso que a tributação seja uma função econômica e social de relevância, corrigindo-se os desvios que ocorreram nas últimas décadas – frisou.



José Cruz

Ciro Gomes fala hoje sobre a Amazônia

O ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, deve comparecer hoje, a partir das 10h, à Subcomissão Permanente da Amazônia, para falar sobre os planos do governo federal para a região amazônica nos próximos anos, entre os quais o programa Amazônia Sustentável. **Ciro Gomes** também vai debater o Plano Plurianual (PPA), relativo ao período 2004-2007, para a região.

O requerimento convidando o ministro é de autoria dos senadores **João Capiberibe** (PSB-AP) e **Mozarildo Cavalcanti** (PPS-RR).

A subcomissão volta a se reunir amanhã, dessa vez com o objetivo de ouvir a ministra do Meio Ambiente, **Marina Silva**. A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e tem como presidente

o senador **Jefferson Péres** (PDT-AM).

Brasileiros no exterior

A Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior, que também funciona no âmbito da CRE, se reúne hoje, após a ordem do dia, para discutir a situação dos brasileiros detidos em prisões dos Estados Unidos. O senador **Marcelo Crivella** (PL-RJ) é o presidente da subcomissão.

PLANOS **Ciro** debaterá com senadores projetos como o **Amazônia Sustentável**

Projeto concede a parturiente direito a acompanhante no SUS

Experiência mostra que companhia garante mais tranquilidade ao parto, afirma **Ideli Salvatti**

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota amanhã, a partir das 11h, em decisão terminativa, projeto de autoria da senadora **Ideli Salvatti** (PT-SC) que concede às parturientes o direito à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto imediato, nos hospitais e clínicas conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS). Se aprovado, o projeto (PLS nº



Rosevelt Finheiro

BENEFÍCIO **Ideli Salvatti** diz que iniciativa chega a diminuir número de cesarianas

195/03) segue para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja pedido para ser apre-

ciado pelo Plenário do Senado.

Ideli informou que no estado de Santa Catarina as parturientes já têm direito a um acompanhante. Segundo a senadora, a experiência mostrou que elas, uma vez acompanhadas de pessoa de sua livre escolha, encaram com maior tranquilidade o parto, chegando até mesmo a diminuir o número de cesarianas, o tempo de internação, bem como as chamadas complicações no período pós-parto e pós-natal.

Na mesma reunião, a CAS, presidida pela senadora **Lúcia Vânia** (PSDB-GO), vota projeto, de nº 126/02, de autoria do então senador **Ademir Andrade**, que permite o procedimento

de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes pelo SUS.

Deverá ser apreciado também projeto, de nº 75/02, do então senador **Carlos Bezerra**, que acrescenta às exigências mínimas dos planos de saúde privados a cobertura de despesas com cirurgia e transporte destinados a transplante.

A pauta da Comissão de Assuntos Sociais inclui ainda projeto do senador **Maguito Vilela** (PMDB-GO), de nº 166/00, que estende aos beneficiários do seguro-desemprego o direito de receberem o benefício do vale-transporte.

Comissão vota crédito para estatais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa hoje, a partir das 14h30, quatro projetos de lei, no valor de R\$ 3,935 bilhões, para ações novas das estatais e nas áreas da saúde e dos transportes. A maior quantia será para a abertura de um crédito especial de R\$ 3,895 bilhões ao orçamento de investimento das estatais.

O Ministério da Saúde deverá receber dois créditos especiais, de R\$ 36,338 milhões e de R\$ 2,5 milhões. O último crédito especial, de R\$ 1,544 milhão, será destinado ao Ministério dos Transportes. Além disso, a comissão deve votar 23 avisos sobre resultados de auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) em obras que contam com recursos federais, além das demonstrações contábeis do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE). Há também oito requerimentos solicitando audiência pública com ministros.

Errata

Na edição especial de ontem do **Jornal do Senado**, na primeira página, foi publicada legenda sobre o Barão do Rio Branco. O texto, no entanto, deveria se referir ao Visconde do Rio Branco.

EDUCAÇÃO

Azeredo propõe uso do FGTS para o pagamento de anuidade escolar

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, a partir das 11h, para votar, entre outras matérias, projeto de lei do senador **Eduardo Azeredo** (PSDB-MG) que permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos dependentes de até 24 anos de idade. A proposta (PLS 287/03) recebeu parecer favorável do senador **Sérgio Guerra** (PSDB-PE).

Outro projeto em pauta, de autoria do senador **José Jorge** (PFL-PE), permite às institui-

ções de ensino superior a dedução de despesa com concessão de bolsa de estudo para atleta praticante de modalidade olímpica. O parecer, do senador **Romero Jucá** (PMDB-RR), é favorável à proposta (PLS 328/03), com emenda.

A CE deverá votar também substitutivo do senador **Amir Lando** (PMDB-RO) a projeto de lei da Câmara (PLC nº 95/02) que institui o ensino médio nas penitenciárias e parecer da senadora **Ideli Salvatti** (PT-SC) pelo encaminhamento de requerimento de informações ao ministro da Educação, **Cristovam Buarque**, sobre a Indica-



Célio Azeredo

PAUTA Comissão de Educação deve analisar hoje diversos projetos, inclusive o que facilita bolsa de estudo para atletas

ção nº 4/02, do senador **Reginaldo Duarte** (PSDB-CE), que propõe que a comissão estude a criação da Universidade Federal da Região do Vale do Cariri, no Ceará.

Duas outras matérias estão na pauta da reunião: o parecer do senador **Garibaldi Alves Filho** (PMDB-RN) contrário ao projeto de lei (PLS 298/03) do senador **Paulo Paim** (PT-RS) que dispõe sobre a assistência gratuita aos filhos e dependen-

tes dos trabalhadores urbanos e rurais desde o nascimento até os seis anos de idade, em creches e pré-escolas, e o parecer do senador **João Ribeiro** (PFL-TO) pelo encaminhamento, à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), do Aviso nº 10/03, do Tribunal de Contas da União (TCU), sobre auditoria de natureza operacional realizada no cadastro único dos programas sociais do governo federal.

Relações com Irã e Malásia podem ser estreitadas



Eduardo Suplicy preside a CRE, que se reúne na quinta

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se quinta-feira para analisar 15 itens, entre eles dois projetos de resolução (nºs 52/03 e 47/03) que criam os grupos parlamentares Brasil-Irã e Brasil-Malásia. Os colegiados contribuiriam para estreitar as relações entre os Parlamentos dos países.

A CRE, presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), também deve analisar mensagens do presidente da República (nºs 213/03 e 214/03) indicando o embaixador do Brasil na Rússia, Carlos Augusto Rego Santos Neves, para, cumulativamente, assumir a chefia das missões diplomáticas na Geórgia e na Belarus. Santos Neves foi sabatinado em abril deste ano, antes de assumir a Embaixada na Rússia. Como se trata de acumulação de funções, desta vez não haverá sabatina.

A comissão também deve votar o Requerimento nº 40/03, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que pede ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, informações sobre as relações com a Croácia. Entre os projetos de decreto legislativo analisados, a CRE deve votar relatório ao acordo entre Brasil e México sobre isenção de vistos em passaportes comuns (PDL nº 702/03).

A comissão também deve votar o Requerimento nº 40/03, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que pede ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, informações sobre as relações com a Croácia. Entre os projetos de decreto legislativo analisados, a CRE deve votar relatório ao acordo entre Brasil e México sobre isenção de vistos em passaportes comuns (PDL nº 702/03).

CPI pode investigar crimes levantados pela Operação Anaconda

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Banestado, que investiga operações fraudulentas de evasão de divisas para o exterior por meio de contas CC-5, receberá pedidos, no decorrer da semana, de convocação dos envolvidos na Operação Anaconda. O anúncio foi feito pelo senador Magno Malta (PL-ES) – foto –, membro da CPI, em discurso sexta-feira passada em Plenário. A operação está apontando a existência

de esquema de venda de sentenças judiciais, inclusive com a negociação de *habeas corpus* para líderes de organizações criminosas, com a participação de juízes. Desde ontem, comitiva da CPI colhe depoimentos, no município de São José do Rio Preto (SP), de cerca de 20 pessoas envolvidas em remessas ilegais de dinheiro para o exterior. As audiências acontecem na sede do foro da cidade.



Senado deve votar a MP que libera comercialização da soja transgênica

■ Pauta prevê também o exame de crédito de R\$ 2,3 bilhões para apoio a empresas de energia elétrica

O Plenário terá de votar hoje uma medida provisória (MP) e dois projetos de lei de conversão provenientes de MPs para que a pauta seja liberada e as demais matérias da ordem do dia possam ser examinadas.

A medida provisória (MP nº 129/03) abre, em favor da União, crédito extraordinário no valor de R\$ 2,3 bilhões para financiamento do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica. Um dos projetos de lei de conversão (PLV nº 26/03) estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2004.

O outro projeto de lei de conversão (PLV nº 25/03) permite que os empregados regidos pela Consolidação das Leis do



Fotos: Wolfemir Rodrigues

DECISÃO Outras matérias só poderão ser analisadas pelos senadores após a votação de medidas provisórias

Trabalho (CLT) autorizem o desconto em folha dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil. A possibilidade é estendida aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Votadas essas matérias, o Plenário poderá realizar a segun-

da sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC nº 27/03) determinando que as medidas provisórias terão a votação iniciada, alternadamente, na Câmara dos Deputados e no Senado.

Desnutrição

O Plenário poderá também votar projeto de lei da Câmara (PLC nº 16/02) que torna obrigatório o registro dos casos de desnutrição pela rede de saú-

de e o envio desses dados ao Ministério da Saúde e às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Igualmente na pauta o Parecer nº 1.624/03, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que sugere a aprovação de indicação apresentada pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) para que sejam estudadas medidas legislativas contra a biopirataria na Amazônia.

Se a pauta for liberada, os senadores poderão votar amanhã, em segundo turno, a PEC nº 27/03 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 663/03, que aprova texto do Acordo entre Brasil e Uruguai para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios, celebrado em Montevidéu em agosto de 2002.

Na quinta-feira, a única matéria em pauta é o Requerimento nº 1.087/03, para que seja submetido à análise da CRE o projeto de lei (PLS nº 398/03) que altera o Código Eleitoral para permitir o voto ao eleitor que se encontra no exterior nas eleições para governador, vice-governador e senador.

CAE examina hoje proposta que altera o Imposto sobre Serviços



CORREÇÃO Aloizio Mercadante é autor de um dos projetos em tramitação que mudam o ISS

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina hoje proposta que altera a legislação do Imposto sobre Serviços (ISS), com a ampliação da lista de itens sujeitos à tributação, fixação de alíquotas e correção de impropriedades. O senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou substitutivo para acomodar as emendas e os dois projetos que estão tramitando em conjunto, o da Câmara dos Deputados (PLC nº 70/02) e o do Senado (PLS nº 400/03), apresentado pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

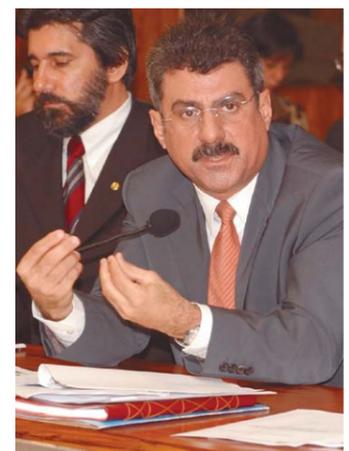
Jucá ressalta que o texto da

Câmara objetiva “resolver um problema grave”, permitindo crédito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) às empresas que utilizam material das indústrias gráficas como insumo em seus produtos. O tema, disse, vem sendo motivo de conflito entre contribuintes, municípios e estados.

Conforme o senador, o projeto corrige erro que permaneceu na Lei Complementar nº 116/03, restringindo a tributação de ISS dos serviços gráficos àqueles prestados ao consumidor final. A incidência do ICMS recairá apenas sobre os servi-

ços gráficos que forem destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização. Dessa forma, esclarece, o projeto evita a cumulatividade na tributação.

A CAE analisará também propostas que tornam impenhorável o imóvel do fiador que for enquadrado como bem de família. O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) explica que a Lei de Locações permite que o único imóvel residencial do fiador seja penhorado no caso de inadimplência nos contratos de locação, punindo assim quem se presta a dar garantia a locatários.



EMENDA GLOBAL Romero Jucá apresentou substitutivo para acomodar as sugestões



Mário Kollme

Mozarildo: é inaceitável índice de fraude em obras

■ Senador comenta auditoria do TCU que aponta irregularidades em uma de cada cinco obras federais

ADVERTÊNCIA ACM lembra que FMI apontou baixa eficiência de bancos brasileiros

Projeto de ACM autoriza Cade a punir bancos

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou projeto de lei complementar que atribui competência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, para prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica e a concorrência entre os bancos. Hoje, compete ao Banco Central (BC) fiscalizar e punir entidades do Sistema Financeiro Nacional.

O senador afirma que até o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou estudo sustentando que “os bancos no Brasil têm baixa eficiência, são pouco competitivos e funcionam como um oligopólio em que poucas instituições controlam o mercado”. Apesar disso, o Banco Central não tem adotado “ações satisfatórias” para os males provocados por essa falta de competição.

“As conseqüências disso são a crescente elevação das tarifas, dos juros e dos *spreads* bancários e um desmesurado aumento da lucratividade do setor, somente comparável àquela de atividades não-legais”, observa o senador.

O Cade, órgão encarregado de zelar pela defesa da concorrência, tentou interferir na questão, mas foi contestado pelo Banco Central. Na época, disse Antonio Carlos, a controvérsia foi dirimida pela Advocacia Geral da União, que confirmou a competência do BC. O senador observa, no entanto, que essa competência não é constitucional, podendo ser alterada por lei complementar, como ele agora propõe.

A proposta (PLS 412/03) determina que o Cade terá de se pronunciar previamente sobre qualquer fusão, transformação, incorporação ou alteração de controle acionário de instituições financeiras.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou que considera “intolerável” que uma em cada cinco obras fiscalizadas por amostragem pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apresente alguma fraude. Ele comentou o resultado de auditoria do TCU em 421 obras que contam com verbas do Orçamento da União, das quais 88 apresentaram “gravíssimos indícios de irregularidades”, com enriquecimento ilícito de pessoas ou má administração de dinheiro público.

O relatório já foi entregue pelo TCU ao Congresso, ao qual caberá a decisão sobre a liberação, ou não, das verbas orçamentárias. Enquanto isso, o TCU continua as investigações para resolver os problemas e, se



Roosevelt Pinheiro

SEM RECURSOS Mozarildo observa que país se ressentido de baixo volume de investimentos

for o caso, encaminhar os processos ao Ministério Público e à Advocacia Geral da União, para os processos penais.

Conforme Mozarildo, 30% das obras com indícios de irregularidades apresentaram licitações viciadas, 20% estavam com superfaturamento e 10% dos órgãos públicos (ou empre-

sas contratadas) fizeram alterações indevidas nos projetos. Existem ainda casos de falta de projeto básico e de ausência de licença ambiental.

A situação é ainda mais intolerável, de acordo com o senador, porque há falta de dinheiro para obras e o país se ressentido dos baixos investimentos governamentais, o que traz reflexos negativos na economia. “Isso ultraja a consciência ética” das pessoas, disse.

O mapeamento das obras federais realizado pelo TCU vem sendo feito desde 1997. Oito órgãos são recordistas em irregularidades, informou Mozarildo: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), Fundo Penitenciário Nacional, Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte), Ministério do Esporte e Turismo, Ministério da Educação e Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano.

João Ribeiro desafia o poder público a modernizar ferrovias

Um desafio ao poder público para que faça os esforços necessários à expansão e modernização do sistema ferroviário brasileiro foi lançado pelo senador João Ribeiro (PFL-TO). Dirigindo-se aos poderes Executivo e Legislativo, o senador observou que o setor carece não apenas de investimentos, mas também de um sistema consistente de leis e regulamentos.

Falta dinheiro até para que as empresas privadas que hoje comandam as ferrovias possam realizar obras básicas, como sinalização e adequação física dos mais de 10 mil cruzamentos das linhas férreas com rodovias, ruas e avenidas. Mas o senador chamou a atenção especialmente para a necessidade de ampliação das linhas, o que dependeria da alocação de recursos orçamentários. João Ribeiro lembrou que os recursos podem ser obtidos por meio da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

O traçado das linhas no Bra-



Roosevelt Pinheiro

CARÊNCIA Conforme João Ribeiro, setor necessita de recursos e de leis consistentes

sil é, em média, 30% mais longo que o das rodovias e os terminais continuam, na maior parte, sem condições de receber, armazenar e distribuir produtos com rapidez e segurança. Outro problema é o dos trens, cuja velocidade mal passa dos 20 quilômetros por hora, quando nos Estados Unidos é de 80 quilômetros por hora. Linhas de crédito do Banco Na-

cional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderiam contribuir para renovação da frota.

João Ribeiro lamentou o descalço que as ferrovias sofrem por parte do Congresso Nacional. Ele citou como exemplo a tramitação na Câmara dos Deputados do projeto de lei (PLC nº 1.494/99) que consolidava a legislação que dispõe sobre os princípios e as diretrizes para o sistema nacional de viação. Recebido em 11 de agosto de 1999, o projeto passou por várias comissões até ser arquivado, em maio deste ano.

Para a retomada do projeto, destinado a mudar o foco do transporte terrestre – do rodoviário para o ferroviário –, João Ribeiro sugeriu que o governo utilize como projeto emblemático a Ferrovia Norte-Sul.

– Essa obra, ousado dizer, tem para o nosso país, em termos sociais, econômicos e geopolíticos, importância semelhante à da transferência da capital da República para o Planalto Central – disse o senador.

Eurípedes vê irregularidades na saúde do DF

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) apresentou denúncias de irregularidades no sistema de saúde pública do Distrito Federal, constatadas, segundo afirmou, por um grupo-tarefa do Ministério da Saúde. De acordo com as denúncias, estaria ocorrendo no Hospital de Base de Brasília um esquema paralelo de marcação de consultas médicas, com o objetivo de favorecer pessoas ligadas ao grupo do governador Joaquim Roriz.

Outra esquema descoberto pelo Ministério da Saúde, segundo o senador, foi a utilização da estrutura do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), incluindo equipamentos, material cirúrgico e equipe médica, para a realização de cirurgias plásticas estéticas particulares.

– O esquema ilegal funcionava com a ida de pacientes particulares ao HRAN nos dias em que seus médicos estivessem de plantão no pronto-socorro. Eles preenchiam a guia de internação e faziam a cirurgia como se fosse caso de urgência – explicou Eurípedes.

Esta não é a primeira vez que Eurípedes denuncia irregularidades no serviço público de saúde do DF. No início do ano, ele registrou que um relatório da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apontou irregularidades no Hospital de Base de Brasília e sugeriu uma intervenção federal.

Supremo

Eurípedes elogiou a decisão do Supremo Tribunal Federal de revogar a liminar que impedia o Tribunal Superior Eleitoral de julgar os processos que pedem a cassação de Joaquim Roriz e da vice-governadora Maria Abadia, acusados de corrupção eleitoral, compra de votos, abuso de poder econômico e uso da máquina administrativa.



José Cruz

LIMINAR Eurípedes elogia decisão do Supremo que permite ao TSE julgar Roriz

Lúcia Vânia analisa a evolução do Parlamento

A celebração dos 180 anos do Poder Legislativo motivou a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) a propor uma reflexão sobre a história e as atividades primordiais do Parlamento brasileiro. Se a instalação da Assembléia Constituinte de 1823 foi a semente deste Poder, também serviu para contrapor, conforme assinalou, duas facetas do trabalho legislativo. Enquanto se demandava a normatização das funções públicas, o surgimento do Parlamento vocalizou o anseio nacional pela separação dos Poderes.

Mesmo com a dissolução da Assembléia Constituinte por d. Pedro I, a Constituição outorgada pelo imperador, em 1824, estabeleceu o Parlamento bicameral no país. Não obstante, Lúcia Vânia observou que o monarca levou quase dois anos para convocar os eleitos e instalar a Câmara e o Senado. É importante realçar, acrescentou a senadora, que o perfil traçado à época para cada Casa legislativa mantém-se até hoje. Coube à Câmara atuar como caixa de ressonância dos interesses políticos nacionais. Já ao Senado foi reservada a missão de representar as províncias e preservar a unidade nacional.

– A experiência republicana, iniciada em 1889, mexeu pouco nessa concepção política – comentou. Se os papéis atribu-



Roosevelt Pinheiro

DESAFIO Congresso tem dado maior transparência à ação legislativa, destaca Lúcia Vânia

ídos a cada Casa pouco mudaram ao longo dos séculos 19 e 20, a senadora por Goiás salientou que a evolução do processo democrático levou a sociedade a fiscalizar mais de perto o funcionamento das instituições.

– É um desafio constante para o Parlamento viabilizar canais de comunicação que tornem mais transparente nosso trabalho – afirmou.

Ao analisar o Senado dos dias de hoje, Lúcia Vânia exaltou a cobertura realizada pelos veículos de comunicação da Casa, a TV, a Rádio, a Agência e o *Journal do Senado*, responsáveis por manter a população informada sobre o andamento dos trabalhos legislativos.

Paim preside debate sobre igualdade racial

■ Videoconferência, realizada no auditório do Interlegis, permitiu a participação de 27 assembleias legislativas

O senador Paulo Paim (PT-RS) presidiu ontem videoconferência sobre o Estatuto da Igualdade Racial, projeto por ele apresentado em defesa dos que sofrem preconceito em função de etnia, raça ou cor. Realizada no auditório do Interlegis, a conferência teve a participação de 27 assembleias legislativas, contando também com Antonio Silva Pinto, representante da ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e Hédio Silva Junior, diretor do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade (Ceert).

Paim abriu a conferência lembrando ser este o mês da consciência negra e lamentando que o seu projeto de Estatuto da Igualdade Racial ainda não esteja definitivamente aprovado. Ele afirmou que tem esperança de que o texto seja sancionado no dia 21 de março do próximo ano – Dia Internacional de Combate ao Racismo. Lembrando que 48% da população brasileira é afro-descendente, ele disse que o

país precisa urgentemente adotar uma política de cotas em benefício dessa população.

Vários interlocutores entraram em rede para fazer perguntas a Paulo Paim, Antonio Silva Pinto e Hédio Silva Junior. Elogiado por todos os conferencistas, Paim mais de uma vez foi definido como um dos mais íntegros símbolos da luta travada pelas minorias no país. Seu projeto de estatuto foi também anunciado como um marco em termos de produção legislativa, não só pelo conteúdo, como pela técnica legislativa e precisão de linguagem.

Em toda a conferência, o senador se referiu ao projeto de estatuto mencionando o quanto ele o enche de alegria. O parlamentar elogiou as novidades que o texto introduz na legislação brasileira, como a auto-classificação, mediante a qual

o cidadão declara o grupo social de que se sente parte. Paim destacou também que o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos está regulamentado no projeto de estatuto.

Durante a conferência, o representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciará, nesta semana, um conjunto de políticas em favor da igualdade racial, entre elas a instituição do ensino de História da África nas escolas brasileiras. Lembrando que um dos primeiros gestos de Nelson Mandela, quando eleito, foi mandar reescrever livros escolares na África do Sul, Paim disse que “graças a Deus, o governo está implementando essa idéia”.



Gerônimo Magela

DEMORA Paim (C) cobra a aprovação definitiva do Estatuto da Igualdade Racial

Juíza federal parabeniza o Senado

O senador Edison Lobão (PFL-MA) informou que recebeu ofício da juíza federal Selene Maria de Almeida, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, parabenizando o Senado pela celeridade com que votou, em apenas duas semanas, o Projeto de Lei nº 5.756/01, que criou varas da Justiça Federal. A matéria tramitou durante três anos na Câmara dos Deputados. Um dos trechos da correspondência enviada pela desembargadora foi citado por Lobão: “... os Juizados Federais são a mais importante reforma do sistema judiciário, desde a criação da Justiça Federal na Primeira República, pois acarretam uma revolucionária alteração processual e institucional da prestação jurisdicional”.

Conselho de Ética examina denúncia

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se hoje, às 17h, para definir o cronograma de depoimentos de pessoas que vão falar no colegiado a partir da representação (nº 3/03) contra o senador Roberto Saturnino (PT-RJ). A denúncia, cujo relator é o senador João Alberto Souza (PMDB-MA), presidente do colegiado, foi oferecida pelo PDT e questiona provável acordo realizado entre Saturnino e seu suplente para divisão do período de mandato. De acordo com a acusação do PDT, que pede a cassação do mandato de Saturnino, o senador não teria cumprido o acerto de abdicar do cargo na metade do mandato para que seu suplente assumisse.

Lanceiros Negros recebem homenagem

Ao registrar que o mês de novembro é dedicado à consciência negra e em todo o país se comemoram os anseios de liberdade dos escravos, o senador Paulo Paim homenageou os Lanceiros Negros, escravos que lutaram na Revolução Farroupilha. Ele informou que na próxima quinta-feira, no Salão Negro do Congresso, e no dia seguinte, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, os Correios lançarão carimbo postal celebrando os Lanceiros Negros.

Segundo o senador pelo Rio Grande do Sul, os Lanceiros Negros manejavam com grande habilidade a lança. Eles foram convocados pelas forças farroupilhas para enfrentar o Exército Imperial, com a pro-

messagem de alforria após a vitória final. Encerrado o conflito, prosseguiu Paim, as tropas do Império impuseram aos rebeldes, como condição para que recebessem anistia e para que a paz fosse firmada, a não libertação dos soldados negros.

Paim descreveu ainda que na noite de 14 de novembro de 1844, na região do Cerro de Porongos, próximo de onde hoje está instalado o município de Pinheiro Machado, ocorreu um polêmico combate que ficou conhecido como a Traição de Porongos. Os Lanceiros Negros foram desarmados na noite anterior, mas, mesmo assim, ainda combateram e terminaram sendo massacrados.

A avaliação que Paim faz da história é que os Lanceiros Negros foram usados durante toda a década que durou a Revolução Farroupilha (1835 a 1845) e, ao final do conflito, receberam como prêmio a traição e a sua própria morte.

– A história não se repete, mas tentam reescrevê-la nas entrelinhas. Por vias transversas, procura-se nos dias de hoje reeditar a saga dos Lanceiros Negros. Primeiro eles são usados. Depois tentam calar os seus gritos de liberdade. Manipular a sua consciência, negar a sua raça, as suas origens. Não conseguirão. Ninguém vai nos tirar o direito sagrado da palavra e do voto – afirmou o senador.



Roosevelt Pinheiro
RISCOS Mão Santa lembra que esgoto a céu aberto concorre para aumento de doenças

Mão Santa alerta para falta de saneamento

O senador Mão Santa (PMDB-PI) citou, em discurso, dados da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre saneamento básico no mundo para alertar sobre a situação do setor no Brasil. Segundo o documento, apenas 59% das casas brasileiras são atendidas por esse serviço, o que leva o país a ocupar o 11º lugar na classificação entre 23 nações da América Latina e Caribe.

– O relatório da ONU-Habitat revelou também que, no Brasil, dono de 12% dos recursos hídricos do globo, 83 milhões de pessoas não têm saneamento básico e mais de 45 milhões de moradores carecem de rede de água. Isto, além de ser lógico entrave ao desenvolvimento das populações, significa também a privação de um direito humano.

Preocupado com os aspectos negativos para o meio ambiente, Mão Santa lembrou que, nas comunidades onde esgotos correm a céu aberto, as doenças proliferam e a natureza é constantemente degradada, principalmente em consequência dos dejetos que são lançados nos rios e terrenos próximos a nascentes.

O senador também se disse preocupado com o número de brasileiros hoje considerados abaixo da linha de pobreza, que somam 57,7 milhões, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

– Quando observamos esses números em relação ao Nordeste, constatamos que fica ainda pior. O fato reflete a impotência do Estado nos enfrentamentos desses problemas nas últimas décadas – enfatizou, lembrando que a região nordestina tem a maior proporção de pobreza extrema no país.

Alvaro propõe discussão sobre pneu remodelado

■ Para senador, produto reformado gera quatro vezes mais empregos que a indústria de pneus novos

A tramitação do projeto de autoria do senador Flávio Arns (PT-PR) que exige contrapartida ambiental para colocação de pneus no mercado interno deve reacender o debate sobre o comércio de pneus remodelados no país.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) está defendendo a criação de subcomissão no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tramita a matéria (PLS nº 216/03), para analisar as restrições ao processo de remodelagem no país.

De acordo com Alvaro Dias, as indústrias de remodelagem desses produtos travam, há dez anos, uma disputa com as multinacionais fabricantes de pneus novos, já conhecida como "guerra dos pneus".

O senador paranaense afirma que iniciativas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do



José Cruz
INICIATIVA Alvaro quer exame das restrições por uma subcomissão da CAE, onde tramita projeto de Flávio Arns sobre o assunto

Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estão trazendo prejuízos ao setor de pneus reformados, que gera quatro vezes mais empregos, produz artigos 35% mais baratos e propicia a economia de recursos naturais não-renováveis.

– Confesso que, mercê da campanha insidiosa das multinacionais na mídia nacional, o tema, que deveria ser de fácil entendimento, passou a ser muito mal-entendido e de difí-



cil compreensão, até porque é inusitado ver o Ibama defendendo o que deveria combater e agredindo o que deveria aplaudir – comentou.

Alvaro mencionou ainda recente reportagem do *Jornal do Brasil* que destaca o "temperamento intolerante" do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, evidenciado em críticas ao ex-presidente Fernando Henrique. "Alguém que foi tão beneficiado pela volta da democracia deveria ter maior responsabilidade na sua consolidação", afirmou.

Valmir Amaral aplaude serviço de reciclagem

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) elogiou o Programa de Reciclagem de Entulho criado pela prefeitura de Belo Horizonte e integrado por uma rede de unidades de recebimento de pequenos volumes de entulho, usinas de reciclagem e aterro sanitário. Valmir disse que 40% das 2 mil toneladas por mês de resíduos coletados na capital mineira são produzidos pela construção civil.

– Além de prevenir o assoreamento dos córregos, o programa tornou-se decisivo no controle e redução da incidência de vetores transmissores de doenças, impedindo a instalação de abrigos para espécies como insetos, roedores e animais peçonhentos – afirmou o parlamentar.

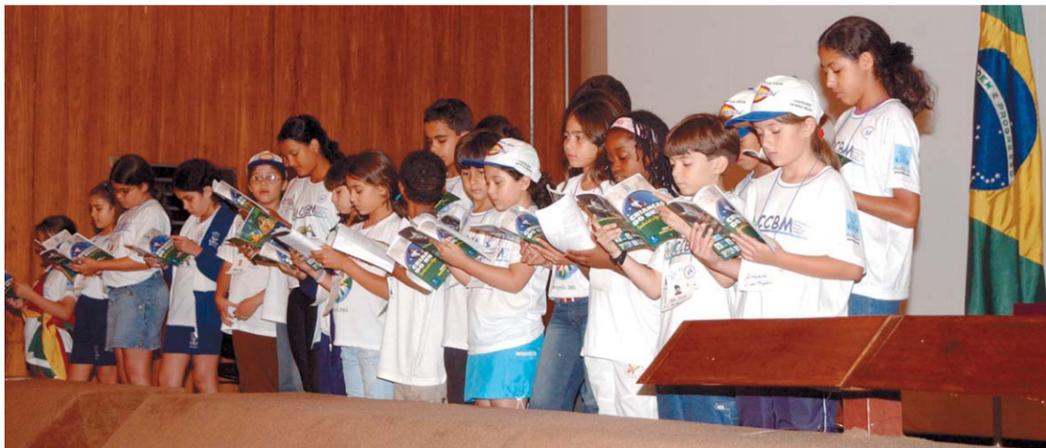
Lando aponta más condições da BR-364

O senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que a precariedade das condições da Rodovia BR-364 em Rondônia poderá levá-la à obstrução total, com o início do período de chuvas. Vários trechos estão quase intransitáveis "e não passa semana sem que haja fechamento da rodovia por danos de caminhões e moradores das regiões próximas, em protesto contra a falta de manutenção da estrada", disse ele.

– Uma obstrução total, com as chuvas mais intensas, significará a paralisia de todo o estado de Rondônia, que não terá meios para escoar sua produção para outras regiões e nem ser abastecido com produtos do Centro-Sul – assinalou.



Célio Azevedo
Valmir destaca aproveitamento de entulho



Marcos Kolumbe
INTERESSE Evento no Senado Federal contou com a participação de estudantes de todo o Brasil

Crianças discutem Agenda 21 com senadores

Crianças de todo o Brasil, com idades entre 9 e 13 anos, estiveram ontem no Senado Federal para debater questões ambientais. Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Paulo Octávio (PFL-DF) participaram do encontro, quando responderam a perguntas das crianças. Houve apresentações de

coral e de cordel de alunos de diversas escolas do Distrito Federal.

O encontro encerrou o evento "Crianças construindo Agenda 21 infantil brasileira", iniciado na semana passada e promovido pela Organização de Preservação Ambiental (OPA) e Conferência Criança Brasil no

Milênio.

De acordo com Divino Roberto Veríssimo, coordenador do evento, o documento produzido, ao final do encontro, pelas crianças, contém idéias, propostas e compromissos com questões ambientais brasileiras, como agricultura, biodiversidade e poluição.



Roosevelt Pinheiro
Amir Lando diz que rodovia está quase intransitável